

Tales Faria

Governo ainda aposta na negociação

Num primeiro momento, surpreendido pelo novo tarifaço contra os produtos brasileiros que foi anunciado pelo Escritório de Comercio dos Estados Unidos, o Palácio do Planalto realmente chegou a superestimar as possíveis consequências da medida. Mas, passado o susto, a avaliação do governo é de que há agora um espaço maior para negociação com o governo norte-americano do que quando ocorreu o primeiro tarifaço lançado, em abril de 2025, pelo presidente Donald Trump.

A meta é, no mínimo, voltar à situação que se chegou em novembro, quando aquele tarifaço já tinha perdido boa parte do seu peso.

Vale lembrar como foi aquele processo. Ao anunciar o tarifaço geral contra vários países naquele abril e 2025, Trump, num primeiro momento, só aplicou uma taxa de linear 10% de acréscimo sobre as importações do Brasil. Depois, em junho, elevou as taxas sobre aço e alumínio para 50%.

Foi em julho que o primeiro tarifaço atingiu o pico, quando incluíram-se vários outros produtos causando tremores no mercado. Mas foi divulgada uma lista de exceções de 700 produtos. Em novembro, após negociações com o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Trump retirou o acréscimo de 40% sobre outros itens muito importantes, como café, carnes e frutas.

O vice-presidente e ex-ministro da Indústria e Comércio Geraldo Alckmin (PSB) foi considerado como o grande responsável pelo sucesso das negociações.

Mas a decisão da Suprema Corte dos EUA, que considerou o aquele tarifaço de Trump ilegal, passou uma borracha na história. Só que o presidente norte-americano encontrou uma forma, desta vez

em acordo com as leis do país, para retomar as tarifas. E chegamos agora a essa nova versão do tarifaço.

Nesse meio tempo, no entanto, há um fato novo: os presidentes Lula e Trump já se encontraram pessoalmente, trocaram elogios mútuos e chegaram a dizer que “pintou um clima” entre os dois. Por isso o governo brasileiro aposta que há mais canais de negociação, diretos e desobstruídos. No entanto o entendimento é de que Trump, num primeiro momento, como sempre faz, irá endurecer as negociações, para ceder somente depois.

Geraldo Alckmin deverá participar ativamente desse novo processo de negociações. Mas há dúvidas se ele poderá comandar por muito tempo, como no primeiro tarifaço. É que, desta vez, há uma campanha à reeleição pela frente em que Alckmin é candidato, e terá que estar ao lado do presidente Lula nas viagens.

Além da meta de se chegar aos mesmo níveis de impostos de importação que já se tinha estabelecido em novembro, desta vez foi colocada uma questão da qual o Brasil não abre mão: o Pix.

Para o governo brasileiro, o Escritório de Comercio dos EUA está mal informado sobre o Pix. Trata-se de um sistema de pagamentos que não se choca tanto com as empresas de cartões de crédito norte-americanas quanto o imaginado.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Pix produz um ganho adicional ao sistema financeiro: ele atrai um número enorme de clientes que estavam fora dos bancos, a chamada bancarização. Será prioridade da equipe econômica convencer o governo dos EUA de que o Pix ajuda, não atrapalha os bancos.

Fernando Molica

Ferir e ser ferido com o Pix

Graças a Donald Trump, o governo ganhou a oportunidade de dar o troco ao tombo sofrido em janeiro de 2025, quando anunciou um controle maior sobre operações financeiras, feitas, inclusive, via Pix. A oposição deitou e rolou, falou em taxaço de operações feitas pelo mecanismo queridinho dos brasileiros; a reprovação de Lula (PT) subiu de 47,8% em dezembro para 53%, segundo pesquisas Atlas/Intel.

O apelido de “Taxad”, aplicado ao então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ganhou força. Agora, por obra do governo norte-americano, que endureceu o jogo contra o Pix e ameaça exportações brasileiras, governistas passaram a chamar Flávio Bolsonaro, pré-candidato presidencial do PL, de “Tariflávio”.

Ano passado, o alinhamento do clã Bolsonaro e de aliados como Tarcísio de Freitas a favor de retaliações de Trump ao Brasil já representara um fuzilamento dos próprios pés. Agora, a situação é ainda mais delicada, o senador fluminense acabou de se reunir com o governo dos Estados Unidos.

Flávio enfatizou o que lhe interessava, o lobby para que os EUA passassem a considerar como terroristas internacionais o PCC e o CV. Não levou em conta, porém, o risco que representava abrir espaço para qualquer atuação no Brasil de um país que adora intervir no quintal alheio.

A possibilidade de a Casa Branca de taxar produtos brasileiros e de detonar o Pix dá ao governo brasileiro a chance de ressaltar a nota da semana passada, em falou em “traidores”, “falsos patriotas”, em ameaça ao PIX — ainda classificou de deplorável a atuação de integrantes da família Bolsonaro.

Para boa parte da população, a criação de sobre-

taxas soa distante, impalpável, briga de interesses comerciais, de cachorro grande. Por mais que obstáculos a produtos brasileiros repercutam na renda e no emprego de brasileiros, essas consequências tendem, na grande maioria dos casos, a ocorrerem de forma indireta e difusa.

Já tentar impor restrições ao Pix é quase como xingar a mãe dos 170 milhões de brasileiros, os 80% da população que, segundo dados do Banco Central, utilizam esse meio de pagamento simples, direto, isento de taxas. Um mecanismo que estimulou a entrada de muita gente no sistema bancário e que permite um maior controle do orçamento doméstico.

Flávio Bolsonaro pareceu ter acreditado que seria possível fazer com que os EUA deixassem de levar em conta seus interesses, os de suas empresas — no caso, as grandes operadoras de cartões de crédito, que cobram até 3,5% de taxas para compras à vista. Ontem, com sua carta ao secretário de Estado, Marco Rubio, renovou a aposta. Talvez seja mais fácil arriscar no jogo do tigrinho.

O caso do Pix chega a ser caricatural, de tão exemplar sobre o que a esquerda convencionou chamar de imperialismo norte-americano: atualiza desenhos do Tio Sam, resgata a política do Big Stick (o grande porrete). Faz lembrar o ódio despertado por Leonel Brizola quando, governador do Rio Grande do Sul, encampou as subsidiárias da ITT (de telefonia) e da Bond & Share (de energia elétrica). O general Ernesto Geisel, presidente na ditadura, foi muito pressionado pelos EUA ao desenvolver um programa autônomo de energia nuclear. Os exemplos mudam, a lógica da Casa Branca permanece.

EDITORIAL

A fábrica parte, mas deixa muitos órfãos

A saída da Toyota de Indaiatuba, após 28 anos de operação, representa uma decisão empresarial que dificilmente poderá ser compensada no curto ou médio prazo. É um movimento que afeta profundamente a economia, a identidade e, sobretudo, a vida de milhares de pessoas que ajudaram a construir a história da montadora no município.

Ao longo de quase três décadas, a fábrica se tornou parte da paisagem local e da memória de gerações. Foram milhares de empregos diretos e indiretos, oportunidades de qualificação profissional, desenvolvimento de fornecedores, arrecadação de impostos e movimentação do comércio.

Em torno daqueles portões da montadora, cresceram famílias, pequenos negócios e projetos de vida.

Do ponto de vista industrial, a decisão da empresa é justificada. A concentração das operações em Sorocaba integra uma estratégia de modernização e ganho de competitividade.

Entretanto, os números que sustentam uma planilha não conseguem traduzir os efeitos humanos de uma “despedida” como essa. Cada transferência, desligamento voluntário e incerteza sobre o futuro de uma planta representam pessoas, famílias inteiras, que precisaram agora reorganizar as suas rotinas, re-dimensionar expectativas e projetos.

Há, ainda, uma dimensão simbólica que merece atenção. A unidade de Indaiatuba foi responsável

pela produção de mais de um milhão de veículos, participando de ocasiões importantes da história da indústria automobilística brasileira, incluindo a fabricação dos primeiros híbridos flex do mundo.

Por isso, a preocupação agora não deve se limitar apenas ao encerramento das atividades. A grande questão que aguarda resposta é o que virá depois. Uma estrutura industrial desse porte não pode permanecer indefinidamente sem destinação. Cidades que perdem grandes operações produtivas costumam enfrentar efeitos que se prolongam por anos quando não há planejamento para a ocupação desses espaços.

O futuro da área interessa, e muito, para a população, o poder público e o setor produtivo. Transparência, diálogo e rapidez na definição dos próximos passos serão fundamentais para evitar que um patrimônio industrial consolidado se transforme em um símbolo de abandono.

É verdade que Indaiatuba dispõe de uma economia diversificada e sólida, condição que ajuda a reduzir os impactos mais severos de uma perda dessa magnitude. Ainda assim, seria um erro minimizar o significado desse momento.

Quando uma fábrica encerra um ciclo, ela não leva embora apenas equipamentos e linhas de montagem. Leva histórias, vínculos e parte da identidade construída ao longo de décadas.

Opinião do leitor

Eleições 2026

Mais do que enfrentar a polarização compreendida entre Lula e Flávio Bolsonaro, as eleições deste ano provam que não existe uma candidatura de terceira via. Todos os demais candidatos não mostram algo de novo entre os que possivelmente vão para o segundo turno. A política brasileira precisa de alguém que reinvente o atual sistema.

Carlos Alberto de Souza dos Santos Costa
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.